



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

(Decreto nº 1.306/2011)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA

FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC07 - Assistência de Contas a Pagar e Controles Financeiros

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não rasga-lo) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique que o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Terminado o teste objetivo, caso tenha trazido currículo, deverá se encaminhar ao local reservado para efetuar a entrega do currículo.
- 7º Após a entrega do currículo, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros. **Solicitamos sua compreensão e colaboração.**

BOA SORTE!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

1. A respeito dos regimes de apuração do resultado: “a competência deve ser utilizada para o registro das operações na contabilidade”, a esse respeito assinale a questão correta:
 - a. Regime de competência não é mais utilizado, visto que não agrega informações substanciais à informação.
 - b. Competência é um princípio contábil e como tal deve ser respeitado.
 - c. O regime de caixa é mais informativo, pois o dinheiro no final das contas é o que importa.
 - d. A inclusão do Demonstrativo de fluxo de caixa (DFC) dentre as demonstrações obrigatórias é prova que a visão de caixa é mais importante que a competência.
 - e. É a melhor opção do contador em usar ou não o regime de competência.

2. Uma empresa comercial faz uma compra a prazo de matéria-prima, o lançamento correto será a seguinte contabilização:
 - a. Debitar os estoques, creditando fornecedores.
 - b. Debitar os estoques, creditando caixa.
 - c. Debitar consumo de material e creditar estoques.
 - d. Não deve ser feito registro, pois a compra foi a prazo.
 - e. O registro vai depender do regime tributário que a empresa está.

3. No dia 15/12/x0 uma mercadoria foi vendida por R\$ 100,00 para recebimento em 30 dias e foi adquirida por R\$ 50,00 a vista no mesmo dia da venda. Considerando somente essa operação, pode-se afirmar que ela ocasionou:
 - a. Diminuição do patrimônio no valor de R\$ 50,00.
 - b. Aumento do patrimônio no valor de R\$ 100,00.
 - c. Diminuição do patrimônio no valor de R\$ 100,00.
 - d. Aumento de patrimônio no valor de R\$ 50,00.
 - e. Nem aumento nem redução do patrimônio.

4. A lei 6.404/76 foi alterada pela lei 11.638/08 ocasionando - dentre outras - as seguintes modificações, **EXCETO**:
 - a. Separação de ativo e passivo em circulante e não circulante.
 - b. Extinção do diferido.
 - c. Alteração do grupo patrimônio líquido que passou a chamar patrimônio social.
 - d. Inclusão do sub-grupo intangível.
 - e. Exigência de apresentação do fluxo de caixa.

5. No mês de jan/x1, uma empresa prestou serviços no valor R\$ 50.000,00 e recebeu a vista por eles. Gastou materiais comprados em meses anteriores no valor de R\$ 8.000,00 e provisionou a folha de pagamento do mês no valor de R\$ 7.000,00 pagando a mesma no 5º dia útil do mês seguinte. O resultado bruto da empresa foi em jan/x1 de:
- R\$ 42.000,00.
 - R\$ 50.000,00.
 - R\$ 43.000,00.
 - R\$ 34.000,00.
 - R\$ 0,00.
6. Conjunto de informações, previamente estabelecido, que norteia os trabalhos contábeis de registro de fatos e atos inerentes à uma entidade, é o plano:
- Plurimensal.
 - De histórico padrão.
 - De contas.
 - Participativo.
 - Real.
7. Um seguro foi contratado e pago a vista no valor de R\$ 1.200,00 em 31/12/x1 para vigência nos 12 meses do ano de x2. De acordo com o princípio da competência o procedimento correto seria considerar que:
- R\$ 1.200,00 seria despesa da empresa no ano x1.
 - R\$ 1.200,00 seria ativo em x1 e seria despesa R\$ 100,00 em cada um dos 12 meses de x2.
 - R\$ 1.200,00 seria despesa de janeiro/x2.
 - R\$ 1.200,00 seria ativo em x1 e despesa de jan/x2.
 - Não seria feito nenhum registro.
8. Segundo a Lei 6.404/76 a diminuição do valor dos elementos dos ativos imobilizado e intangível será registrada periodicamente nas contas de:
- Depreciação e exaustão.
 - Depreciação e amortização.
 - Depreciação e perdas.
 - Depreciação, exaustão e amortização.
 - Depreciação, exaustão e perdas.

9. Segundo o art. 11 da lei 4.320/64, a receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas:

- a. Fixas e variáveis.
- b. Circulantes e não-circulantes.
- c. Relativas e absolutas.
- d. Correntes e de capital.
- e. Orçadas e reais.

10. Segundo o art. 62 da lei 4.320/64, o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular:

- a. Elaboração.
- b. Liquidação.
- c. Orçamentação.
- d. Efetivação.
- e. Aprovação.

11. Como restos a pagar, de acordo com o art. 36 da lei 4.320/64, podem ser consideradas as despesas:

- a. Liquidadas e pagas parcialmente.
- b. Empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
- c. Com vencimento até 31 de março do ano seguinte, independente se o empenho foi efetuado.
- d. Executadas sem empenho.
- e. Executadas sem previsão orçamentária.

12. O regime de adiantamento:

- a. Serve para qualquer tipo de despesa.
- b. Não tem restrição alguma.
- c. Não pode ser concedido à servidor responsável por outros dois adiantamentos.
- d. Pode ser concedido a qualquer munícipe.
- e. Não tem limite de valor ou prazo para prestação de contas.

13. O Balanço Orçamentário é estruturado:

- a. Em ativo circulante, realizável e longo prazo e permanente.
- b. Para demonstrar o confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.
- c. Evidenciando as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes.

- d. De forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.
 - e. Em origens e aplicações financeiras.
14. O plano de contas aplicado ao setor público apresenta o ativo dividido nos seguintes grupos:
- a. Circulante, realizável a longo prazo e permanente.
 - b. Circulante e não-circulante.
 - c. Aumentativo e diminutivo.
 - d. Patrimônio próprio e de terceiros.
 - e. Definitivo e variável.
15. De acordo com os lançamentos contábeis padronizados constantes do plano de contas aplicado ao setor público, um lançamento de “reconhecimento de crédito tributário”, será:
- a. D 6.2.1.x.x.xx.xx Receita orçamentária a realizar
C 5.2.1.x.x.xx.xx Previsão inicial da receita
 - b. D 5.2.1.x.x.xx.xx Previsão inicial da receita
C 6.2.1.x.x.xx.xx Receita orçamentária a realizar
 - c. D 1.1.x.x.x.xx.xx Tributo a receber (P)
C 4.1.1.x.x.xx.xx Variação patrimonial aumentativa – Tributárias
 - d. D 4.1.1.x.x.xx.xx Variação patrimonial aumentativa – Tributárias
C 1.1.x.x.x.xx.xx Tributo a receber (P)
 - e. D 1.1.1.x.x.xx.xx Disponível (F)
C 1.1.2.x.x.xx.xx Tributo a receber (P)
16. A vigência do plano plurianual é:
- a. Até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente.
 - b. Coincidente com o mandato de quatro anos do executivo.
 - c. De 2 (dois) anos.
 - d. Dependente de qual a esfera de governo se refere.
 - e. De 1 (um) ano.
17. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece, **EXCETO**:
- a. Projeção atuarial do regime próprio de previdência dos servidores.
 - b. Evolução do Patrimônio Líquido.
 - c. Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores.
 - d. Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior.
 - e. Estimativa detalhada da receita, por fonte de recursos, no exercício seguinte.

18. Os instrumentos legais normalmente chamados “ciclo orçamentário” é composto por:

- a. Leis, Decretos e Portarias.
- b. Constituição, Leis Federais, Estaduais e Municipais e Decretos.
- c. Recolhimento, Arrecadação e Desembolso.
- d. PPA, LDO e LOA.
- e. Empenho, Liquidação e Pagamento.

19. Na classificação da despesa, as categorias econômicas possíveis são:

- a. Correntes e de Capital.
- b. Investimentos e Gastos Correntes.
- c. Construção e Manutenção.
- d. Padrão e Real.
- e. Transferência e Recebimento.

20. As fases da receita pública são:

- a. Empenho, Liquidação e Pagamento.
- b. Pagamento, recebimento e autorização
- c. Lançamento, arrecadação e recolhimento.
- d. Definição, Orçamentação e Recolhimento.
- e. Lançamento, recolhimento e arrecadação.

21. Os créditos adicionais são classificados em:

- a. Geral e específico.
- b. Orçamentário e extra-orçamentário.
- c. Constitucional, extra-constitucional e por Decreto Federal.
- d. Suplementar, especial e extraordinário.
- e. Adiantamento, empenho e liquidação.

22. No processo orçamentário, pode-se classificar a despesa orçamentária em três etapas:

- a. Planejamento, execução e controle e avaliação.
- b. Estruturação, planejamento e utilização.
- c. Compra, estocagem e consumo.
- d. Definição, aditamento e compra.
- e. Dispensa, licitação e pregão.

23. Segundo o art. 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

- a. União: 45% (quarenta e cinco por cento); Estados e Municípios: 50% (cinquenta por cento).
- b. União e Estados: 50% (cinquenta por cento) e Municípios: 60% (sessenta por cento).
- c. União e Estados: 60% (sessenta por cento) e Municípios: 50% (cinquenta por cento).
- d. União: 50% (cinquenta por cento); Estados e Municípios: 60% (sessenta por cento).
- e. União e Estados: 40% (quarenta por cento) e Municípios: 60% (sessenta por cento).

24. Na apuração de resultado da Contabilidade Pública os itens abaixo são exemplos de variações patrimoniais passivas, **EXCETO**:

- a. Pessoal.
- b. Encargos.
- c. Benefícios Sociais.
- d. Serviços e Exploração de Bens.
- e. Uso de Bens e Serviços

25. Os anexos de metas e riscos fiscais devem integrar:

- a. A Lei Orçamentária Anual.
- b. A Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c. O Plano Plurianual.
- d. O Balanço Orçamentário.
- e. A Demonstração de Fluxo de Caixa.